

# A fabricação de resistências no cenário pós-colonial: entre subalternização e subversão

**Resumo:** Esse artigo tem como proposta problematizar as produções discursivas que contribuem para a constituição da subalternização/inferiorização de saberes/conhecimentos de distintos grupos sociais, bem como a criação de normatizações e padrões frente à produção do conhecimento, estabelecendo as representações dicotômicas/binárias. Por outro lado, expõe que no processo de subalternização são articuladas ações que rompem com esse ideário que por si só constrói espaços de resistência. Para tecer tais considerações buscamos refletir teoricamente sobre o conceito de discurso problematizado a partir de dois campos teóricos, sendo eles: o Grupo Modernidade/Colonialidade e a Teoria Pós-Colonial. Arelado a esses campos, nos apoiamos nos estudos de Michel Foucault. Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica, originada por meio de nossas pesquisas com os Povos Indígenas de Rondônia.

**Palavras-Chave:** Produção discursiva. Subalternização/Subversão. Pós-Colonial. Resistência.

Jonatha Daniel dos Santos  
Universidade Católica Dom Bosco  
dholjipa@gmail.com

Rozane Alonso Alves  
Instituto Federal Goiano  
Programa de Pós-Graduação  
Profissional em Ensino para a  
Educação Básica  
rozanealonso@gmail.com

## Introdução

Os discursos produzidos no contexto colonial tinham o objetivo de criar representações sociais, tendo como intuito marginalizar/discriminar/subalternizar os saberes/conhecimentos e constituir uma lógica específica sobre os contextos colonizados, tendo como base a proposta de desenvolvimento econômico ocidental. Essa tática, de forma bem evidente, constituía-se em criar espaços dos quais os sujeitos colonizadores pudessem elaborar determinadas estratégias discursivas sobre o outro e, nesse processo, possuíam/dominavam o conhecimento verdadeiro sobre os objetos, enquanto que os sujeitos colonizados produziam apenas meros artefatos de sobrevivência.

O contexto colonial marcou os corpos e as identidades dos sujeitos colonizados. A produção desses sujeitos é controlada a partir da subjetividade, ou seja, atua na produção da representação e estabelece o que é verdadeiro e, assim, organiza padrões metodológicos no intuito de garantir a permanência dos conhecimentos ocidentais.

Tal representação pode ser entendida a partir do conceito de estereótipo que opera como um pano de fundo, escondendo, negando culturas e histórias dos sujeitos subalternos. Esse

processo corrobora para que os sujeitos, suas narrativas e histórias sejam colocadas à margem, posicionando para a marginalidade, construindo então, sujeitos colonizados com uma identidade nacional. Tal prerrogativa se alinha ao objetivo do Estado-Nação, que é a constituição de um sujeito nacional que incorpora as regras e conhecimentos do Estado.

Nesse entendimento, é possível inferir que tais práticas discursivas vão se moldando e remodelando por meio do poder. Segundo Foucault (1979, p.8) as relações de poder não são repressivas, pelo contrário, “[...] o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”.

Foucault (2011, p. 10) nos ajuda a entender melhor o conceito de discurso quando discorre que “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

Ainda conforme Foucault, (1986, p. 90) discurso pode ser entendido como “[...] número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”. Continua escrevendo que o “[...] domínio geral de todos os enunciados, grupo individualizável de enunciados, prática regulamentada dando conta de certo número de enunciados são algumas delas”. (FOUCAULT, 1986, p.135)

Em seu livro, *A ordem do discurso*, o autor afirma que:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (FOUCAULT, 2011, p. 8-9)

Foucault (2011) nos coloca a problematizar se, a partir das estratégias coloniais é possível falar ou até mesmo sobre o que se pode falar, quando um discurso toma a forma de verdadeiro. E como a “verdade” se constitui como força operacional do Estado frente ao sujeito. Perguntamo-nos: como a produção discursiva vai marcando os sujeitos subalternos ao ponto de criar um espaço

onde os colonizados querem ser iguais aos colonizadores? Tal questionamento pode ser visto na obra de Fanon (2008) quando expõe a possibilidade de os negros antilhanos, sujeitos colonizados pelos franceses, quererem ser menos negros, menos antilhanos, e mais franceses.

Frente a essa questão, propomos neste artigo, dialogar com Foucault (2011) quando o mesmo escreve sobre o verdadeiro e o falso. Verdade em Foucault (1979, p. 13) é o “[...] conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” uma vez que “[...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...] a verdade é deste mundo, ela é produzida nele graças múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder”.

Foucault (1979, p. 14) adverte que a verdade irá funcionar como um “[...] conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”. Ainda de acordo com o mesmo autor, essa vontade de verdade “[...] é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas [...]”.

Mas ela é também reconduzida pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade (FOUCAULT, 2011). Assim essa vontade de verdade exerce sobre os sujeitos uma discursividade histórica, ou seja, uma prática discursiva que institui um conjunto de conhecimentos em torno dos sujeitos. (SANTOS, 2015)

Foucault (1979) escreve que a verdade produz efeitos de poder e se integram fazendo aparecer novos objetos de conhecimento, conceitos e técnicas. Ainda de acordo com o autor, a forma como se relaciona os sujeitos com os objetos de conhecimento e a verdade tem uma história. Assim, a verdade assume o corpo de verdadeiro (SANTOS, 2015). Em síntese, “[...] as práticas discursivas são, portanto, práticas de enunciados do discurso que instituem verdades”. (SANTOS, 2015, p. 21).

Por meio da constituição à vontade de verdade, atrelado às relações de poder, Foucault (2011) escreve sobre um tipo específico de poder, denominado poder disciplinar. É possível entender esse poder como “[...] um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’: ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor”. (FOUCAULT, 2011, p.143, grifo nosso) Em outras palavras, não amarra as forças

para minimizá-las. Pelo contrário, busca unir para multiplicar, adestrando as multidões confusas.

Quando Foucault (1979) elucida sobre o poder disciplinar, lembra que, no contexto dessas relações de poder, há resistências, principalmente porque não há relações de poder sem resistências, uma vez que as relações de poder ocorrem entre indivíduos livres. Ainda conforme Foucault (1986, p. 91) a “[...] resistência é um elemento das relações estratégicas nas quais se constitui o poder”.

Esse autor alerta que a resistência, em sua grande maioria, é móvel, flexível, transitória, e inserem no campo social “[...] clivagens que se deslocam, rompe unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis”. (FOUCAULT, 1986, p. 92)

Assim, a normalização, mesmo que em sua estrutura rígida, posta no contexto histórico a grupos distintos da nossa sociedade, contém ações que contrapõe esse ideário e por si só constroem espaços de resistência. E são esses espaços de resistência que vão deslocando as ações de poder, constituindo então espaços culturais hibridizados. Conforme Bhabha (1998, p. 166), “[...] o hibridismo intervém no exercício da autoridade não meramente para indicar a impossibilidade de sua identidade, mas para representar a imprevisibilidade de sua presença”.

A partir de Bhabha (1998) é possível inferir que o hibridismo está nas relações de poder, nas fronteiras, nas negociações e traduções, nos entrelugares, entre outros. Nesse sentido, comunidades subalternas vão produzindo movimentos de resistências, movimentos de contrapoder/contrapelo discursiva, produzindo em seu contexto narrativo outros modos de narrar e de se dizer sujeito desse espaço.

É pensando nessas relações de poder, nas fronteiras, nas negociações, nas traduções que permeiam os saberes outros (saberes subalternos) que a proposta deste trabalho reside, ou seja, problematizar as nuances que estão postas nos discursos da colonialidade e, como os sujeitos subalternos subvertem as narrativas coloniais tendo como proposta ecoar seus discursos, suas narrativas, suas experiências e vivências na produção de seus saberes.

Assim, a proposta é tensionar as fronteiras como entrelugares e não como barreiras, como fechamentos, mas como provisoriedade,

como espaços possíveis de negociação. Para isso, propomos uma análise teórica que transita entre dois campos conceituais, sendo eles, o campo da Teoria Pós-Colonial e o campo da Modernidade/Colonialidade(M/C), fazendo uma articulação com os escritos de Foucault, especificamente, para pensarmos o conceito de discurso nas relações e produções subalternas, sendo tal discussão originada por meio de nossas pesquisas com os Povos Indígenas de Rondônia.

Reiteramos ainda que, as leituras e os escopos que fundamentam e elaboram as problematizações desse artigo partem de discussões iniciadas em nossas dissertações de mestrado, na produção finalizada de uma tese e dos fragmentos de tese em andamento que vem sendo produzido junto ao Povo Indígena de Rondônia, Tupari, a partir dos modos de pensar matematicamente desse grupo étnico.

### Situando os campos teóricos

São dois os campos teóricos que nos ajuda a pensar e perceber as produções discursivas que subalterniza/inferioriza os sujeitos bem como produz estereótipos, e concomitantemente possibilitam visualizar outras estratégias/saberes de distintos grupos sociais. Trata-se das discussões do Grupo Modernidade/Colonialidade e da Teoria Pós-Colonial. A opção por esses campos se deu em função das diversas possibilidades de compreender os espaços sociais e culturais em que os sujeitos produzem suas identidades, subjetividades, entre outros.

No campo da teoria Pós-Colonial é possível dialogar com Bhabha (1998); Fanon (2008); Memmi (2007) e Spivak (2010). Já no Grupo Modernidade/Colonialidade, dialogamos com Castro-Gomez (2005); Dussel (1993, 2005); Escobar (2003); Quijano (2005) e outros.

O grupo M/C surgiu a partir do Grupo LatinoAmericano de Estudos Subalternos, com origem na linha teórico-política dos estudos culturais na América Latina. É formado por intelectuais latinos americanos e estadunidenses.<sup>1</sup> Os trabalhos desse grupo colaboram na percepção de como somos produzidos nessa relação de cultura, capitalismo, colonialidade, colonialismo, decolonialidade, euro/usa-centrismo (WALSH, 2010), subjetividade, entre outros.

O grupo M/C problematiza a estrutura de pensamento advindo do processo colonial eurocêntrico que “[...] se mantém arraigado nos esquemas culturais e de pensamento dominantes, legitimando e naturalizando as posições assimétricas em que formas de

(1) O texto de Escobar (2003) "Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad latino-americano", colabora com essa discussão, principalmente quando o autor situa os objetivos do grupo M/C bem como oferece uma rica leitura frente a situação colonial latino-americana. Disponível em: <http://www.revistatabularasa.org/numero-1/escobar.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

trabalho, populações, subjetividades, conhecimentos e territórios, são localizados no mundo contemporâneo". (PORTO-GONÇALVES; QUENTAL, 2012, p. 31)

Há, no grupo M/C, a emergência da discussão sobre a questão das identidades, propondo que os sujeitos são marcados pela colonização. Esse grupo percebe a cultura a partir da tradição e como ela se mantém após o processo colonial. Os estudos produzidos pelo grupo M/C, nos ajudam a tensionar e perceber como algumas estratégias que, sutilmente, vão sendo inseridas nas produções discursivas e constituindo a representação do outro na modernidade. (ALVES, 2017) Alguns conceitos chave desse grupo contribuem com essa discussão, sendo eles: colonialidade, colonialismo, colonialidade do poder e interculturalidade.

Por outro lado, a teoria Pós-Colonial colabora quando ressignifica os cânones produzidos no pensamento ocidental. Esse movimento pós-colonial busca (re)pensar a sociedade, colando em xeque os cânones produzidos no pensamento ocidental, ao mesmo tempo em que propõe e discute a autonomia do subalterno de se representar e falar. (SPIVAK, 2010)

É ressignificar a condição de silêncio, conseqüentemente promovendo condições a subalternidade falar. É criticar a hegemonia ocidental bem como seus imperialismos culturais, dando a esses o direito de narrar suas experiências, suas memórias, suas tradições, suas histórias. (SAID, 2011) É perceber que as hibridizações culturais e os lócus de enunciação e representação devem ser problematizadas, constituindo um terceiro espaço (BHABHA, 1998) contingencial adequada para desmascarar a versão dominante do discurso.

Por meio da teoria Pós-Colonial são lançadas tentativas de trazer à tona as histórias dos subalternos, no intuito de construir uma nova historiografia. Tal perspectiva é válida, entendendo-a como mecanismo de desconstrução perante o discurso colonial posto nas relações de poder e saber. Em outras palavras, propõem lutas contra-hegemônicas, especialmente quando se trata das epistemologias do norte. É possível compreender que suas discussões problematizam os discursos que moldam/fixam os sujeitos, suas histórias e contextos. Para a presente discussão, elencamos alguns conceitos chave desse grupo que nos ajudam a potencializar o texto, sendo eles: hibridismo, fronteira, ressignificação, negociação e articulação.

O Grupo Modernidade/Colonialidade e a Teoria Pós-Colonial, enquanto campo teórico-metodológico, têm tido o cuidado de perceber a tradição que pode ser traduzida, pode ser negociada ou não negociada (BHABHA, 1998). Esse processo depende de como as culturas se apropriam dos espaços sociais e como os sujeitos elementos constituídos pela cultura e, ao mesmo tempo, capazes de criar, de ressignificar a cultura.

Neste caso, os campos Modernidade/Colonialidade e teoria Pós-Colonial buscam desconstruir o discurso colonial centrado no eurocentrismo. Há a percepção do processo de hibridismo entre o discurso colonial e o discurso outro, pois, para essa teoria social, o discurso outro negocia, articula e traduz essas diferentes narrativas. Os sujeitos subalternos são sujeitos híbridos, fronteirços, movediços, pois transitam, vivenciam e experienciam ambos os discursos.

O campo teórico pós-colonial se opõe aos discursos nacionalistas e raciais dominantes do processo colonial e, a partir desses discursos, elabora-se sob uma ótica essencializada de sujeito subalterno, a sua identidade. Os estudos do grupo M/C, em seu processo crítico, estabeleceu como linha de discussão e enunciações outras, a busca pela superação da geopolítica do conhecimento epistemológico de cunho eurocêntrico.

As percepções destes campos conceituais sobre a produção do sujeito subalterno a partir de narrativas construídas dentro de uma lógica epistemológica, política e social instituídas pelos modos de produção de conhecimento eurocêntrico, são aproximações das quais nos acompanham na escrita deste artigo.

### **A produção do discurso e a fabricação de resistência: subalternização e subversão**

A produção discursiva na fabricação dos sujeitos (FOUCAULT, 1979) bem como na subalternização de seus saberes pode ser atrelado ao conceito da Modernidade e Colonialidade. De acordo com Dussel (1993), segundo a sua tese, a Modernidade tem nascimento em 1492.<sup>2</sup> A modernidade surge quando a Europa se localiza como centro da História Mundial, inaugurando a partir desse momento a ideia de periferia, criação necessária para moldar e normalizar os grupos colonizados. Expandindo essa ideia, a

modernidade 'nasce' principalmente de acordo com Dussel (1993) quando a Europa ao confrontar com o outro.

Indo ao encontro dessa questão, Dussel (2005, p. 27, grifo do autor) comenta que há dois conceitos de Modernidade,

O primeiro deles é eurocêntrico, provinciano, regional. A modernidade é uma emancipação, uma saída da imaturidade por um esforço da razão como processo crítico, que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano. Este processo ocorreria na Europa, essencialmente no século XVIII. [...] uma segunda visão da Modernidade, num sentido mundial, e consistiria em definir como determinação fundamental do mundo moderno o fato de ser (seus Estados, exércitos, economia, filosofia, etc.) 'centro' da História Mundial. Ou seja, empiricamente nunca houve História Mundial até 1492 (como data de início da operação do Sistema-mundo).

É possível então dizer que o primeiro conceito de Modernidade é chamado de eurocêntrico “[...] porque indica como pontos de partida da Modernidade fenômenos intra-europeus, e seu desenvolvimento posterior necessita unicamente da Europa para explicar o processo”. (DUSSEL, 2005, p.27)

Por outro lado, na segunda etapa da modernidade aparece a Revolução Industrial do século XVIII. Nessa etapa “a Inglaterra substitui a Espanha como potência hegemônica até 1945, e tem o comando da Europa Moderna e da História Mundial (em especial desde o surgimento do Imperialismo, por volta de 1870)”. (DUSSEL, 2005, p. 27) Esse período marcado pelas expansões marítimas inaugura a chegada em locais outrora desconhecidos, que também coincide com a chegada às Américas.

No contexto histórico é possível visualizar que a Modernidade nasceu a partir da origem de um 'mito', sendo justificado pela violência e controle. Assim, “os pós-modernos criticam a razão moderna porque é uma razão do terror; nós criticaremos a razão moderna por encobrir um mito irracional”. (DUSSEL, 1993, p. 8-9)

O movimento moderno/colonial foi criando então estratégias dicotômicas/binárias no contexto dos espaços do qual se instalava. Vale destacar que um dos efeitos produzidos por esses processos coloniais, é o processo da colonialidade que por sua vez intensifica o eurocentrismo e a ocidentalização. O poder colonial se apropria da “geopolítica do conhecimento”. (DUSSEL, 1997, p. 36). Essa estratégia teve (e tem) como objetivo garantir suas ciências, seus

conhecimentos, seus paradigmas enquanto verdades universais, únicas, irrefutáveis, “ [...] invisibilizando outros conhecimentos, outros sujeitos, outras narrativas, silenciando histórias que foram subalternizadas nesse jogo de verdade”. (ALVES, 2017, p. 75)

Importante, destacar o entendimento sobre o conceito de colonialismo e colonialidade. Fleuri (2014, p. 92) destaca que, “diferentemente do colonialismo que diz respeito à dominação política e econômica de um povo sobre outro em qualquer parte do mundo – a colonialidade indica o padrão de relações que [...] se constitui como um modelo de poder moderno e permanente”. Porto Gonçalves e Quental (2012, p. 7) problematizam que a

[...] colonialidade não se esgota no colonialismo, forma de dominação político-econômica e jurídico-administrativa das metrópoles europeias sobre suas colônias, expressa, mais que isto, um conjunto de relações de poder mais profundo e duradouro que, mesmo com o fim do colonialismo, se mantém arraigado nos esquemas culturais e de pensamento dominantes, legitimando e naturalizando as posições assimétricas em que formas de trabalho, populações, subjetividades, conhecimentos e territórios, são localizadas no mundo contemporâneo.

Então, quando o estado de direito prevalece rompendo com os monopólios coloniais, surge a colonialidade. Ou seja, colonialismo vincula-se as colônias em grande parte colonizadas pelos Europeus. Já a colonialidade denuncia a continuação de formas coloniais mesmo com o rompimento do colonialismo.

Corroborando com essa discussão, Mignolo (2005, p. 37) escreve que

[...] o imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias, e de histórias que se contaram e se contam levando-se em conta a duplicidade de consciência que a consciência colonial gera

Os discursos que produzem o sujeito também são explanados para contar histórias e memórias. Acontece que tal explanação ocorre por vozes de apenas um lado. O lado do sujeito branco, cristão, heterossexual, criador das leis universais válidas para qualquer contexto. Cria-se um discurso que normaliza cultura,

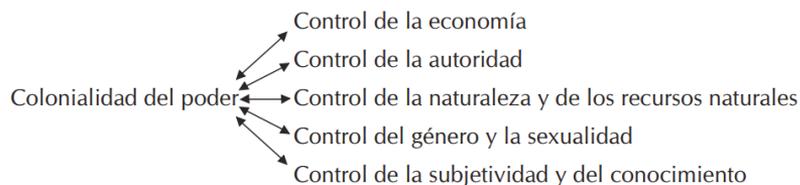
raças, e, por exemplo, os saberes/conhecimentos. É possível notar tal questão no trabalho de Alves (2017) quando verifica um discurso produzido em terras rondonienses referente aos indígenas, dita por não índios: “é muita terra para pouco índio”. Nesse sentido, esses discursos vão produzindo discursos universais, instituindo o lugar do sujeito, seu papel na lógica de construção de desenvolvimento. Criam-se marcas. São marcas que elaboram barreiras entre diferentes saberes/conhecimentos, sujeitos e culturas.

Quijano (2005, p. 107) escreve que o discurso “demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação” levando-nos a pensar “como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado” criando um “pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior”.

Um conceito chave que marca essa ideia é o de colonialidade do Poder. Tal conceito é originado com Aníbal Quijano em 1989. “Ele exprime uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo”. (BALLESTRIN, 2013, p. 11)

O conceito de colonialidade do poder denuncia “[...] a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial”. (GROSFOGUEL, 2008, p. 126) Por outro lado, a partir de uma habilidade explicativa “atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade”. (BALLESTRIN, 2013, p. 12)

Mignolo (2010, p.12) colabora com essa discussão quando expande o conceito de colonialidade do poder. Para o autor, a matriz colonial do poder “é uma estrutura complexa de níveis entrelaçados”, conforme a Figura.



Fonte: Mignolo (2010, p.12).

A colonialidade pensada junto à modernidade fornece meios de perceber os mecanismos criados que forjam produções discursivas,

funcionando principalmente por meio de prerrogativas identitárias e afirmando binarismos clássicos: homem/mulher; preto/branco; colonizador/colonizado; cultura alta/cultura baixa; verdadeiro/falso, entre outros que compõe os nós discursivos que produz a si mesmo bem como produz o outro. Destaca-se que esse outro, produzido por discursos etnocêntricos/eurocêntricos, sujeito do qual desnormaliza a norma, é instituído enquanto um “ser” diferente, validando então a necessidade de neutralizar para conquistar.

Memmi (2007, p. 41) escreve que o colonizador no processo de colonização faz duas aquisições: “descobre a existência do colonizado e ao mesmo tempo seu próprio privilégio”. A existência do colonizado, conseqüentemente a criação de privilégio, mostra que não é ganho na ordem do bem, resultada em mão de obra explorável, uma vez que não há leis para ir contra essas ações, sendo denominado de usurpador.

Esse usurpador cria mecanismos no intuito de manter seu poder bem como transformar as colônias em cópias das metrópoles, rejeitando as tradições culturais locais, e impondo as tradições culturais de sua nação, estipulando datas comemorativas da metrópole, entre outras ações para assimilar os sujeitos locais aos sujeitos estrangeiros.

Nessa ordem é criado um retrato mítico desse sujeito colonizado, onde o colonizado é visto como preguiçoso e o colonizador sendo o trabalhador, “um gosto vertical pela ação”. (MEMMI, 2007, p. 117) Um exemplo desse retrato acontece quando é possível perceber o ‘mito’ criado quando tratamos dos povos indígenas. Em nossas experiências com os povos Indígenas do Estado de Rondônia, é possível verificar que os mesmos são vistos como preguiçosos, mantendo-se exclusivamente por ações governamentais, herdando desde o nascimento um salário vitalício. (ALVES, 2017) Esses discursos historicamente criados e recriados, os retratos míticos, funcionam então como estratégias no sentido de criar espaços coloniais.

Nesse entendimento, os corpos, saberes/conhecimento, identidades, subjetividades, entre outros, são atravessados e produzidos nesse cenário, por meio de uma marca que subalterniza: são os estereótipos. Junto a isso, os saberes dos grupos subalternos também são postos a margem, desqualificando bem como propondo tentativas de anulação as possibilidades de enriquecimento cultural.

Por meio das pesquisas de Alves(2014, 2017); Santos (2015) e Scaramuzza (2015), a partir das discussões com os povos indígenas do Estado de Rondônia, é possível perceber que o rompimento, as relações de contra poder, de contrapelo, os movimentos de resistências são ativos e por isso vão construindo articulações com os saberes/conhecimentos instituídos, podendo dizer que foram criadas outras formas de epistemologias, outras maneiras de se produzir conhecimento. Assim, é válido falar em saberes/conhecimentos hidridizados, constituídos nos lados da fronteira.

Fronteira nessa perspectiva não constitui separação em si. Fronteira, nessa perspectiva, não se efetiva como demarcação/cercamento de um espaço, contexto. Viver nas fronteiras potencializa a transposição de sujeitos e culturas que vivem entre-lugares (local intersticial). (ALVES, 2017) Para Bhabha (1998, p. 24), “fronteira se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente [...] ponte que reúne enquanto passagem que atravessa”.

Para entender melhor esse conceito de fronteira, Friedman (2001, p. 9) esboça que

As fronteiras, com suas linhas de demarcação, simbolizam a ideia de impermeabilidade, se bem que seja de permeabilidade com que convivem. As fronteiras separam ao mesmo tempo que ligam. Remetem para noções de pureza, distinção e diferença, mas por outro lado propiciam a contaminação, a mistura a crioulização. As fronteiras fixam e demarcam, mas são em si mesmas, linhas imaginárias fluídas, e em permanente processo de mutação.

Assim, fronteira é um lugar de encontro e de troca. Tal espaço de interação produz um novo conjunto “de classificações que “difere” do disponibilizado pelo sistema taxonômico ocidental [...]”. (SCARAMUZZA, 2015, p. 176) Há então a desconstrução de saberes e significados, processo agonístico, no qual acontecem negociações de forma circular e cambiante, estabelecendo diálogos culturais. Para isso, “[...] o trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com ‘o novo’ que não seja parte do contínuo de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural”. (BHABHA, 1998, p. 27, grifo nosso)

Esse “novo” que Bhabha (1998) se refere pode ser entendido por meio dos movimentos de resistência, um novo que não se afirma pela rejeição ou até mesmo pela complacência dos saberes/

conhecimentos ocidentais. Emerge pelas relações de negociação, processo do qual busca “[...] trazer à tona o entre-lugar desse argumento crucial; ele não é autocontraditório, mas apresenta de forma significativa, no processo de sua discussão, os problemas de juízo e identificação que embasam o espaço político de sua enunciação”. (BHABHA, 1998, p. 62)

Assim, esse espaço fronteiriço, negociado, produz saberes/conhecimentos hibridizados que desautorizam relações de naturalidade dos sujeitos e objetos. É desta forma que “[...] a hibridação como processo de interseção e transações, é o que torna possível que a multiculturalidade evite o que tem de segregação e se converta em interculturalidade”. (CANCLINI, 2011, p. 27) A interculturalidade pode se aproximar no que (TAPIA, 2010) chama de Interculturalidade da resistência.

O processo intercultural possibilita desmontar fragmentações instituídas em matrizes coloniais opondo-se ao ideário nacionalista. Nesse sentido, a possibilidade de criar e estar em outros espaços, os fronteiriços, estabelece outras práticas sociais, outros modos de ser, outros olhares para perceber saberes/conhecimentos. Espaço do qual as homogeneidades vazam e normalidade não dá conta de normatizar tudo e todos.

O processo intercultural, diferentemente dos discursos produzidos pela colonialidade que tenta produzir narrativas que proponha a eliminação da diferença, acaba produzindo outros sujeitos, outros saberes/conhecimentos. Essa ambivalência nos permite perceber alguns espaços intersticiais produzidos pela colonialidade. Para Bhabha (1998, p. 106), a ambivalência se constitui enquanto “[...] estratégias discursivas e psíquicas mais significativas do poder discriminatório”

É nesses espaços intersticiais que as experiências intersubjetivas e coletivas são negociadas. Essas negociações permitem a produção de contextos interculturais como possibilidades de espaços de hibridização, de articulação entre saberes/conhecimentos, entre modos de ser. E assim, processos de subversão, por meio da interculturalidade, vão sendo elaborados como espaços intersticiais.

Também permeia esse espaço o hibridismo, que por sua vez incide sobre as relações de poder, nas fronteiras, nas negociações e traduções. Assim, para que seja possível compreender esse processo que marca nossas identidades, bem como atravessa as traduções culturais, devemos abdicar dos binarismos produzidos

(3) La interculturalidad debe ser entendida como designio y propuesta de sociedad, como proyecto político, social, epistémico y ético dirigido a la transformación estructural y socio-histórica, asentado en la construcción entre todos de una sociedad radicalmente distinta. Una transformación y construcción que no quedan en el enunciado, el discurso o la pura imaginación; por el contrario, requieren de un accionar en cada instancia social, política, educativa y humana (WALSH, 2010, p. 79)

pelos discursos e narrativas pelos povos ora denominados de colonizadores. Conforme Bhabha (1998, p. 166), “[...] o hibridismo intervém no exercício da autoridade não meramente para indicar a impossibilidade de sua identidade, mas para representar a imprevisibilidade de sua presença”.

Bhabha (1998, p. 26) aponta que “[...] cada vez mais, as culturas ‘nacionais’ estão sendo produzidas a partir da perspectiva de minorias destituídas”. Ou seja, as comunidades destituídas, as comunidades subalternas vêm produzindo movimentos de resistências, movimentos de contrapoder discursiva, fazendo emergir no contexto narrativo outros modos de narrar e de se dizer sujeito desse espaço. (ALVES, 2017)

Nesse espaço híbrido a Interculturalidade se mostra um conceito importante, principalmente quando necessário caminhar sobre as fronteiras. Walsh (2010, p. 79, tradução nossa) escreve que

A interculturalidade deve ser entendida como designio e proposta de sociedade, como projeto político, social, epistémico e ético dirigido a transformação estrutural e sócio histórica, acenando para a construção entre todos de uma sociedade radicalmente distinta. Uma transformação e construção que não se encontram no título, no discurso ou na pura imaginação; pelo contrário, requer a ação de cada instância social, política, educativa e humana<sup>3</sup>.

É possível compreender que a interculturalidade refere-se a uma estratégia que permite compreender “formas/relação/ interação/ trocas/ deslocamentos culturais”. (SCARAMUZZA, 2015, p. 20) Nesses deslocamentos, os saberes outros vão tomando força e vão estabelecendo resistências, ou como o grupo Modernidade/ Colonialidade discute: como subversão aos conhecimentos do Norte. (QUIJANO, 2005)

## Considerações finais

Propor discussões que articulem dois campos teóricos para tentar criar possibilidades de perceber como diferentes saberes/ conhecimentos subalternos tomam fôlego em busca de tornar-se autor da própria produção de seus modos de ser, foi, enquanto pesquisadores/as que atuam com contextos culturais específicos, uma tarefa árdua.

Árdua, pois nos exige rigorosidade na escrita e na articulação entre tais campos; nos permite leveza com comprometimento e; nos coloca como sujeitos também subalternos. Perceber as implicações da subalternização do saber outro e, ainda, do saber do outro estabelece uma caminhada acadêmica com fronteiras demarcadas.

Nos retirar desse cerceamento e, elaborar estratégias epistêmicas de construção e elaboração de métodos de pesquisa que possam, de certa forma, colaborar para ampliação e compreensão de que as culturas são processos subjetivos de produção de sujeitos outros com diferentes maneiras de pensar o mundo e estabelecer com ele suas relações cosmológicas, suturadas e rasuradas.

Pesquisar e atuar metodologicamente transitando entre dois campos que ora se aproximam e, ora se distanciam produziu um texto que nos fez pensar nossos escritos com os Povos Indígenas de Rondônia. Nossas pesquisas de alguma forma, apresentam saberes outros, mas também os engessam. Tentamos, no campo acadêmico, aproximar essas diferentes formas de lidar com a produção de outros saberes/conhecimentos com os modelos já estabelecidos pelo discurso colonial.

Se desfazer e, nesse processo, desfazer as estratégias metodológicas para a produção, narração, descrição e análise de dados são possibilidades que encontramos em ambos campos teóricos.

### **The fabrication of resistances in the postcolonial scenario: between subalternization and subversion**

**Abstract:** This article aims to problematize the discursive productions that contribute to the constitution of subalternization / inferiorization of knowledge / knowledge of different social groups, as well as the creation of norms and standards in relation to the production of knowledge, establishing dichotomic / binary representations. On the other hand, it exposes that in the process of subalternization actions are articulated that break with this ideology that in itself builds spaces of resistance. In order to weave such considerations, we seek to reflect theoretically on the concept of discursed discourse from two theoretical fields: the Modernity / Coloniality Group and the Postcolonial Theory. Linked to these fields, we rely on Michel Foucault's studies. It is, therefore, a bibliographical research, originated through our research with the Indigenous Peoples of Rondônia.

**Keywords:** Discursive production. Subversion / Subversion. Post-Colonial. Resistance.

## La fabricación de resistencias en el escenario pos-colonial: entre subalternización y subversión

**Resumen:** Este artículo tiene como propuesta problematizar las producciones discursivas que contribuyen a la constitución de la subalternización / inferiorización de saberes / conocimientos de distintos grupos sociales así como la creación de normatizaciones y patrones frente a la producción del conocimiento, estableciendo las representaciones dicotómicas / binarias. Por otro lado, expone que en el proceso de subalternización se articulan acciones que rompen con ese ideario que por sí solo construye espacios de resistencia. Para hacer estas consideraciones buscamos reflexionar teóricamente sobre el concepto de discurso problematizado a partir de dos campos teóricos, siendo ellos: el Grupo Modernidad / Colonialidad y la Teoría Post-Colonial. Atrevido a esos campos, nos apoyamos en los estudios de Michel Foucault. Se trata, por lo tanto, de una investigación bibliográfica, originada por medio de nuestras investigaciones con los Pueblos Indígenas de Rondônia.

**Palabras clave:** Producción discursiva. La subordinación / Subversión. Postcolonial. Resistencia.

## Referências

- ALVES, R.A. *Infância indígena: narrativas das crianças Arara- Karo na região amazônica*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- ALVES, R. A. *YA KA NA ĀRA WANĀ, movimento indígena e a produção das identidades das crianças Arara-Karo (Pay Gap/RO)*. 2017. 234 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2017.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 11, p. 89-117, ago. 2013.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2011.
- CASTRO-GOMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur).
- DUSSEL, Enrique. *O encobrimento do outro: origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- DUSSEL, Henrique. *Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- DUSSEL, H. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur).

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo: El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. *Tabula Rasa*, Bogotá, n.1, enero/dic. 2003.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscara branca*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

FLEURI, R. M. Interculturalidade, identidade e decolonialidade: desafios políticos e educacionais. *Revista Série-Estudos*, Campo Grande, n. 37, p. 89-106, jan./jul. 2014.

FRIEDMAN, S. S. O falar da fronteira: hibridismo e a performatividade: teoria da cultura e identidade nos espaços intersticiais da diferença. *Crítica das Ciências Sociais*, n. 61, p. 5- 28, 2001.

GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira ecolonialidade global". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p. 115-147, 2008.

MEMMI, A. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur).

MIGNOLO, W. *Desobediência epistêmica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; QUENTAL, P. de A. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Revista Polis*, Santiago, n. 31, 2012.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. (Colección Sur Sur).

SCARAMUZZA, G. F. "*Pesquisando com zacariaskapiaar*": concepções de professores/a indígenas ikolen (gavião) de Rondônia sobre a escola. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2015.

SANTOS, J. D. *Saberes etnomatemáticos na formação de professores indígenas do curso de licenciatura intercultural na Amazônia*. 2015.

121 p. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática)  
– Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SAID, E. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina  
Goullart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo  
Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

TAPIA, L. Formas de interculturalidad. *In*: VIAÑA, J.; WALSH, C.  
*Interculturalidad crítica*. La Paz: Instituto Internacional de Integración, 2010.

WALSH, C. Estudios (inter)culturales en clave de-colonial. *Tabula Rasa*,  
Bogotá, n. 12, p. 209-227, enero/jun. 2010.

Submetido: 05/03/2018

Aprovado: 23/08/2018